

1 O BANQUETE DAS RAPOSAS: a tranqüila hegemonia das velhas significações da política no RN, pré-anos 80.

*“...Nestes últimos vinte anos nada de novo há no rugir das tempestades.
Não estamos alegres.
É certo.
Mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado.
As ameaças e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta as ondas.”*

(Maiakovski, in “E então, que quereis...?”)

A compreensão da conduta e das invocações de sentido do Partido dos Trabalhadores - PT, na realidade do Rio Grande do Norte, impescinde de um resgate histórico dos contextos sócio-políticos que lhes são anteriores, e que se constituem como marcos de afirmação de práticas significantes de traço autoritário, que se mantém inalteradas em seus aspectos básicos desde os primórdios da República, até os anos 80.

Diante disso, o surgimento e a construção do PT, no RN, se apresenta como uma tentativa recente de se instituir uma alteridade que conflitasse com a reprodução contínua e hegemônica desse imaginário social autoritário sedimentado a partir de uma tradição política de descaracterização do caráter *público* da esfera pública e do espaço da política.¹

¹ Se antes da era moderna a propriedade privada era uma condição axiomática à admissão na esfera pública, com o advento do trabalho assalariado “livre” e a idéia de que o trabalhador também era detentor de um determinado tipo de propriedade privada - a sua força de trabalho - o igualitarismo jurídico do liberalismo clássico pôde difundir sua promessa democrática de ampliação do espaço político e, conseqüentemente, alargamento da esfera pública. Porém, mesmo nas mais avançadas democracias liberais, as lutas dos trabalhadores por cidadania, por bens materiais e simbólicos, desnudaram a ideologia das classes dominantes, a qual, contrariando os postulados igualitaristas burgueses, representava o “fazer” político e a admissão na esfera pública, como possibilidades exclusivas dos proprietários dos meios de produção, ou seja, a própria burguesia. Nesse sentido, Arendt(1993, p. 229) irá ver que “a principal diferença entre o trabalho escravo e o moderno trabalho

A identificação do Estado, no interior desse imaginário, como um espaço privado dos grupos sociais dominantes, agiu no sentido do distanciamento e sufocamento, seja através da força, da cooptação ou processos mais complexos de convencimento, das tentativas, das classes subalternas, de organização e ação políticas que se situassem à margem do controle dos grupos oligárquicos² ou que, de outro modo, representassem uma dissensão em relação à lógica que mantém o cenário político dividido entre eles.

Longe de se situar tão-somente nos primórdios da República ou, no máximo, até o período da decadência coronelista, nos anos 50, essas significações marginaram a ação política das classes dominantes locais por toda a década de 80, demonstrando sua capacidade de se firmar como pilar da estrutura simbólica pela qual as classes dominantes percebem, definem e territorializam a esfera pública e o espaço da política.

1.1. Sob o mando e a obediência aos coronéis.

No Brasil, o espaço da política, fundado com a República, se configurou na combinação de uma legalidade liberal clássica - em que pese as limitações referentes aos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras - com uma formação social onde as relações entre os trabalhadores e proprietários se davam, predominantemente, enquanto *dependência pessoal* e não como *contrato entre iguais*.

livre não é a posse da liberdade pessoal - a liberdade de ir e vir, liberdade de atividade econômica e inviolabilidade pessoal -, mas o fato de que o operário moderno é admitido na esfera pública e é completamente emancipado como cidadão. O momento crucial da história do movimento operário foi a abolição do requisito de propriedade para o exercício do direito de voto. Até então, a condição do operário livre era muito semelhante à da crescente população escrava emancipada, na antiguidade: eram homens livres, gozando de condição semelhante à dos residentes estrangeiros, mas não eram cidadãos."

² Em face do amplo, rico e inconcluso debate, no interior da Ciência Política, sobre o significado do termo "oligarquia", preferimos nos apoiar na definição genérica de Bobbio et al.(1992, p. 835), segundo o qual, o termo "não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de Governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar."

Processou-se, assim, o esvaziamento do sentido democrático da esfera pública, na medida em que a atividade política era representada como um atributo exclusivo das classes dominantes. Revelador disso é a afirmação de Dinarte Mariz, um velho “coronel” do Seridó, que durante três décadas teve grande influência na política potiguar, segundo o qual, durante a República Velha, “*os governadores mudavam apenas o prenome e nunca de sobrenome, mudavam as pessoas e não as famílias.*”(apud Ferreira, 1988, p. 306)

Como nos mostra Lindoso(1989, p. 61), entre os dois grupos políticos que dominaram o estado, ainda no início do século, os Maranhão (representantes da oligarquia açucareira-têxtil, da região agreste-litorânea) e o “Sistema Político do Seridó” (que representava a oligarquia algodoeira-pecuária), se instituiu uma “*dialética peculiar da conciliação/confronto, concluindo-se o conflito na acomodação final entre vencidos e vencedores*”. De modo que, mesmo tendo sido afastados dos centros de poder local, após os conflitos em torno das sucessões governamentais de 1913, 1923 e 1927, a oligarquia Maranhão ainda conservou posições no aparelho do Estado até 1930.

Assim, a queda da oligarquia Maranhão e a ascensão do Sistema Político do Seridó, apenas refletiu o lento processo de estagnação da economia açucareira e a crescente importância das atividades ligadas à produção de algodão, pois os efeitos desta mudança de hegemonia política, no plano simbólico, foram nulos: a substância dos conflitos entre os grupos oligárquicos não se inscrevia no âmbito de uma disputa por novas significações da política, entre projetos sociais-estatais ou de mudança nos padrões de dominação. O que estava em jogo era o controle dos mecanismos estatais de poder que possibilitavam a realização de seus respectivos interesses econômicos e políticos, enquanto grupo.

Se entre os grupos oligárquicos dominantes predominava uma relação onde o resultado dos conflitos tendia a uma acomodação tolerante entre vencedores e vencidos, com as expressões políticas que surgiram “por fora” do círculo de po-

der oligárquico a tônica era a mais cruenta repressão. Tal é o caso da perseguição empreendida pela Oligarquia Maranhão contra a campanha “salvacionista”³ do Capitão José da Penha, em 1913; e, anos mais tarde, a que o Governador Juvenal Lamartine (ligado à oligarquia do Seridó) mobilizou contra o grupo oposicionista surgido em torno de Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti, formado por jovens de classe média e articulado ao movimento sindical local, em especial o operariado da capital.⁴

Numa sociedade cujo espaço político mantinha-se aprisionado aos marcos das disputas de interesses dos grupos oligárquicos e as relações entre estes e as classes subalternas - reduzidas à condição de “espectadores” dessas disputas - eram pensadas sob a forma da dependência, da tutela, da concessão e do favor, o surgimento de uma liderança oposicionista articulada ao movimento sindical, como era o caso de Café Filho, traz à reflexão pelo menos dois elementos importantes: em primeiro lugar, a constituição de um núcleo oposicionista articulado em torno do combate aberto às oligarquias tradicionais e no apoio ao emergente movimento sindical, o que, para as condições da época, ensejava uma ressignificação da política. Em segundo lugar, as manifestações de vários atores sociais subalternos dispostos a ocuparem a esfera pública, enquanto *classe*.⁵

Há de se destacar que estes dois elementos se entrecruzam: as greves mais expressivas e as tentativas de organização sindical dos trabalhadores, durante o

³ Esta expressão surgiu quando das sucessões governamentais dos estados, de 1911 e 1912, ocasião em que os militares empreenderam lutas políticas denominadas de “salvações nacionais” e que no Norte-Nordeste se chamaram de “salvações do Norte” (Souza, 1989, p. 144). Segundo Lindoso(1989, p. 31-3), “as campanhas salvacionistas haviam provocado a derrubada de algumas velhas oligarquias do ‘Norte’ do País, substituindo-as por novas oligarquias apoiadas nos grupos militares. Estes movimentos se fizeram com a participação direta do Exército e tinham o consentimento do governo do Marechal Hermes da Fonseca”. O Capitão José da Penha, apesar da “ressonância popular que encontrou nos raros núcleos urbanos do Estado, deparou-se com a dura escalada repressiva do governo estadual” e o não apoio efetivo do governo federal..

⁴ “Café Filho, nos anos vinte, avançou nas formas de mobilização: organizou os trabalhadores em sindicatos, liderou greves, identificou-se com o tenentismo, concorreu às eleições. O governo fechou o sindicato, espancou trabalhadores, empastelou jornais, usou o ‘bico-de-pena’ e as atas falsas para fraudar as eleições. Café também foi obrigado a retirar-se indo conspirar fora do Estado.” (Lindoso, 1989, p. 64)

⁵ O conceito de classe aqui utilizado é debitário da formulação de Thompson(1984, p. 37), segundo o qual “las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, en relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones y *en el pro-*

período que compreende a segunda metade dos anos vinte e primeiro quinquênio da década de trinta, se confundem com o surgimento e a ação política da oposição *anti-oligárquica*, que tinha em Café Filho sua liderança com maior visibilidade pública, mas que se expressava, também, nos setores que fundaram o PCB (Partido Comunista do Brasil), a partir da inserção em núcleos de trabalhadores em Natal e Mossoró, em 1928.

Assim é que afora as greves de caráter regional, de 1909 e 1920, dos ferroviários da Great Western, o acontecimento de maior relevância, no meio sindical foi a “greve geral” de 1923, iniciada pelos estivadores e que contou com a adesão de outras categorias, a primeira gestada e efetivada a nível local e que marcou a emergência pública de Café Filho, “*identificado pelos trabalhadores como líder e pela burguesia como contendor.*” (Ferreira, 1988, p. 309-10)

Em 1930, a ascensão dos “revolucionários” da Aliança Liberal, a quem dava apoio, colocou Café Filho num impasse que desnudava sua ambigüidade⁶: a legitimação conquistada na cena política, conformada no apoio ao movimento sindical, era motivo de desconfiança e desprestígio entre os outros dirigentes liberais do estado, em sua maioria, dissidentes das oligarquias tradicionais, anteriormente dominantes.

A resolução desse conflito implicou no rompimento de sua aliança com o PCB e, conseqüentemente, na incorporação do papel de principal agente da política sindical varguista; ou seja, sua legitimação perante os novos grupos dirigentes pelo combate aos comunistas e entre os trabalhadores pela implantação dos sindicatos oficiais, contra os quais se erguia o PCB, defensor de uma política sindical independente do Estado e das Interventorias impostas pela Aliança Liberal.

ceso de lucha se descubren com clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase.” (grifos nossos).

⁶ “Orador talentoso” - nos informa Ferreira (1988, p. 310) - “seu discurso, ultrapassada a contundência, em nenhum momento aponta para um projeto de transformação da classe da qual se pretende aliado e defensor. Sua prática sindical não sugere qualquer tentativa de organização dos trabalhadores com vista a uma ação autônoma e independente - uma prática de classe.”.

Este rompimento resistiu até mesmo às eleições parlamentares de 1934, ocasião em que, frente à possibilidade - posteriormente concretizada - da vitória das expressões oligárquicas da República Velha, articuladas em torno do Partido Popular, os cafeístas fizeram sucessivos convites aos comunistas a que estes se juntassem à coligação Aliança Social, sob a ótica do “voto útil”. Os comunistas preferiram lançar-se em chapa própria, sob o Partido da União Operário Camponesa do Brasil, que, segundo Chilcote (1982, p. 76) foi a saída encontrada pelo PCB para apresentar os seus candidatos, dentro da legalidade vigente, dado que o seu reconhecimento enquanto partido havia sido impedido pelas autoridades.

Assim, o início da década de trinta se caracterizava

“pela intensa organização sindical, no RN como um todo. Há um processo dinâmico dos trabalhadores das diversas categorias de constituírem-se em sindicatos. Regularmente saem na imprensa notícias de reuniões com essa finalidade, e o impulso organizativo emanava de todas as categorias, dos estivadores aos médicos.”(Ferreira, 1988, p. 313)

O registro de inúmeras tentativas de inviabilização da formação de sindicatos, por vastos setores patronais, seja através de interferências junto ao Ministério do Trabalho (criando obstáculos à obtenção da Carta Sindical) ou pela simples repressão⁷, nos fornece pistas no sentido de perceber o ímpeto organizativo do movimento sindical, nos primeiros anos da década de 30, a partir de uma intencionalidade prenhe do desejo das classes subalternas em *incluir-se na esfera pública*, ultrapassando, o imaginário subjacente à legislação trabalhista pós-30 que enclausurava a noção de cidadania dos trabalhadores às cercanias do espaço fa-

⁷ A declaração de um militante do PCB da década de 30, sobre o processo de organização do sindicato dos operários em salinas, de Mossoró, é ilustrativo: “Esse decreto 19.770, da sindicalização, só tinha valor por lá, no pé do palácio, quando chega aqui já perde o valor, perde a ação, porque ninguém cumpre. Nós tentamos por todos os meios fundar o sindicato legal, mas os patrões não permitiam. Foi por isso que fundamos o sindicato clandestino. A gente tinha que sair para o mato na calada da noite, ou mesmo ao meio-dia, portando espingarda de caça para despistar os agentes dos proprietários das salinas.” (apud Ferreira, 1988, p. 314)

bril, da organização sindical, e esta, como parte de uma teia de relações sociais harmônicas a serem “protegidas” pelo Estado.

O transbordamento desses limites pode ser percebido não apenas nas greves que ocorrem entre os sindicatos oficiais, mas também na tentativa dos grevistas em ampliar o espaço das greves a outras categorias, constituindo relações de solidariedade *classista*, ou até mesmo, na apreensão da entidade sindical como portadora de reivindicações que transcendem o espaço do trabalho, em seu sentido estrito.⁸

Ademais, o envolvimento de parte significativa de sindicalistas locais no movimento insurrecional de 1935⁹, dirigido pelo PCB, em que pese as particularidades e a brevidade daquela experiência, é sintomático da presença, junto a importantes setores das classes subalternas, do sentimento de instituição de um novo espaço político e de uma nova esfera pública, configurados na negação da hegemonia exercida pelas oligarquias tradicionais do estado.

1.2. Oligarcas, populistas e nacionalistas: os pólos de significação da política local, pós-45.

O espectro político-partidário surgido no RN, após o fim do Estado Novo, espelhava fielmente, a polarização instituída no plano nacional. Tanto é assim que as principais disputas, *em termos de expressão partidária*, se davam entre o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional).

⁸ Segundo Ferreira(1993, p. 257), “na febre associativa dos anos 30, pode perceber-se a tendência dos trabalhadores a utilizarem as entidades como instrumento de luta por demandas que extrapolam o universo fabril. É através dos sindicatos que expressam seus pleitos por escolas, por moradias mais adequadas, por reservatórios de água, por questões relativas à saúde, demandas que apontam para a noção de direitos, próprias de uma cidadania em construção.”

⁹ Sobre a insurreição comunista de 1935 no Rio Grande do Norte, Cf. Costa (1995).

Ambos tinham uma origem política comum, qual seja, haviam sido fundados e eram dirigidos por atores políticos herdeiros da tradição oligárquica anterior a 1930 e partícipes do processo de recomposição e reconstituição dos quadros oligárquicos com vistas à sustentação política do Estado Novo, no Rio Grande do Norte.¹⁰

Além disso, ambos estavam nas mãos dos grandes proprietários rurais, os quais, mais do que concentrarem a terra, reproduziam em suas propriedades, relações de trabalho tradicionais, regidas por códigos de hierarquização em que as diferenças pessoais e sociais são traduzidas ao campo do simbólico e do imaginário na forma de *desigualdades* que acabam por se expressar em outras dimensões das relações sociais.

Estes elementos nos apontam, no campo das significações da política local, para *traços residuais* do fenômeno conhecido como *coronelismo*, sobre um espaço originalmente estruturado com o fim de superar todos os canais de reprodução da política coronelista que caracterizou a República Velha, expresso no arranjo político-institucional criado a partir de 1946.¹¹

¹⁰ Germano(1989, p. 46-7) nos dá a exata dimensão da identidade de ambos os grupos políticos “uma vez que uma dessas facções tinha sua origem no Partido Republicano Federal e dominava a política estadual até 1930 e que depois se reagrupou em torno do Partido Popular, criado em 1933 e extinto em 1937, nunca se ausentando do poder enquanto representante da oligarquia algodoeira-pecuária. Tanto é assim que Rafael Fernandes, eleito de forma indireta pela Assembléia Legislativa em 1934 e representante do Partido Popular, é transformado em interventor com a instauração do Estado Novo em 1937, função que exerceu até 1943. Seu sucessor, general Antonio Fernandes Dantas, é figura identificada com essa facção política, tendo sido inclusive comandante da Política Militar na época de Juvenal Lamartine, governador deposto em 1930 e futuro organizador da UDN. Eloy de Souza, um dos mais expressivos intelectuais orgânicos das oligarquias, veterano político (deputado federal e senador, 1897-1930, e novamente senador eleito pelo Partido Popular, 1935-1937) e jornalista, foi diretor do jornal *A República*, órgão oficial do governo estadual em pleno Estado Novo. Aluizio Alves, ainda jovem, dirigiu não somente o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS), como também a representação local da Legião Brasileira de Assistência (LBA) de 1943 a 1945, quando então ingressou na UDN, sendo eleito deputado federal. No crepúsculo do Estado Novo, já em 1945, o general Antonio Fernandes foi substituído na interventoria por Georgino Avelino, o qual escolheu Dioclécio Duarte (também fundador do Partido Popular) para secretário-geral do Estado; ambos, futuros organizadores do PSD e, consequentemente, da campanha do seu candidato à presidência da República, general Eurico Gaspar Dutra. Avelino seria eleito senador e Duarte, o deputado federal mais votado nas eleições de 2 de dezembro de 1945; ambos, naturalmente, pela legenda do Partido Social Democrático. *No Rio Grande do Norte, portanto, PSD e UDN não somente se originaram das entranhas do Partido Popular, mas, igualmente, do ventre do Estado Novo.*” (grifos nossos)

¹¹ “O prestígio e a fama do coronel nos anos cinquenta - que assumem novo ímpeto, quer pelas suas repercussões nas capitais e centros de decisão e pelo efeito catalisador que esses sucessos têm nas suas bases tradicionais de poder, quer pela aceitação e uso de novos meios de afirmação de domínio, caracteristicamente urbanos - são mais uma vitória daqueles chefes mais hábeis e perspicazes em conseguir utilizar, em seu próprio proveito, as armas destinadas a destruí-los. É o apogeu então obtido o resultado de quem conseguiu, por algum tempo, mantendo seguras as estruturas do feudalismo matuto em que tradicionalmente se baseou, mo-

A representação do espaço político, que esses atores reproduzem enquanto prática significativa, isto é, invocações de sentido que repetem e afirmam significados articulados às práticas sociais, definindo o campo de significações do espaço da política (Lechner, 1983, p. 326), está transpassada pelo peso exercido pela estrutura fundiária, os chefes municipais e a presença de relações de troca e patronagem como mediações sociais e políticas instituídas tanto no interior das fazendas como nas cidades. É na articulação desses elementos que se institui a marginalização simbólica dos trabalhadores, na esfera pública local.

Uma flexão tímida dessa configuração do campo de significações da política é processada com a ascensão da liderança de Aluizio Alves, ao entrar em desacordo com o então governador Dinarte Mariz, no interior da UDN, quanto ao processo de sucessão governamental de 1960.

As contradições que surgem entre os grupos políticos dominantes, nesse momento, devem ser vistas à luz da crise vivida pelos “coronéis”, quando da aceleração do processo de modernização econômica do Nordeste e do crescente protagonismo de atores sociais subalternos, de origem rural e urbana, que se introduzem no cenário político, rompendo com a situação de marginalidade simbólica, com que eram representados pelos grupos oligárquicos.

Nesse sentido, assinala Oliveira(1985, p. 108),

“a cisão que se opera na UDN, entre as alas Dinarte Mariz e Aluizio Alves, é uma cisão produzida pela penetração da burguesia do Centro-Sul: a ala Dinarte Mariz continuará sendo a lídima expressão da oligarquia agrária algodoeira-pecuária, enquanto o ‘populismo’ de Aluizio Alves é um resultado da penetração do Estado nacional-burguês.”

Aluizio portava um discurso onde o futuro seria o resultado do “progresso” trazido pela industrialização. Extirpar o passado como condição do futuro signifi-

ver-se à frente do processo de seu rompimento para assegurar permanência de comando.” (Vilaça, Albuquerque, 1988, p. 17)

cava modernizar a máquina administrativa, através de técnicas de planejamento; criar as condições infra-estruturais aos impulsos industrializantes, como a difusão da eletrificação, a abertura de estradas, etc.; e “desencabrestar” o processo eleitoral, promovendo o direito do “povo” a votar livremente, sem constrangimentos nem pressões dos “coronéis”.¹²

Sob este discurso, Aluizio constituía-se numa nova liderança, pois, apesar de saído e formado politicamente dos quadros das oligarquias rurais, sua base eleitoral era urbana - sua maior votação quando candidato a deputado federal, em 1946, havia sido em Natal - e suas interpelações o conformavam, não como a expressão política de um grupo político oligárquico enraizado em uma determinada atividade econômica ou em uma região, mas como uma liderança que o transcendia.¹³

Contudo, se em outros estados do Nordeste, o processo de dissolução da *pax agrariae* e de projeção do poder hegemônico da burguesia do Centro-Sul, possibilitou a ascensão do que o próprio Oliveira denomina de “forças populares”¹⁴, no Rio Grande do Norte, implicou na hegemonia de uma liderança - no caso, Aluizio Alves, eleito governador, em 1960, derrotando o candidato de Dinarte Mariz, seu antigo protetor político na UDN - que

“assumia naturalmente uma posição ambígua, porquanto, sendo oriunda da oligarquia agrária, estava agora ‘contaminada’ pelos interesses modernizadores da burguesia. Dessa maneira, embora fosse ‘favorável ao progresso’, não se tratava de substituir pura e simplesmente a tradicional dominação oligárquica no comando po-

¹² Cf. Silva (1982) e Germano (1989).

¹³ O que, talvez, ilustra a “transcendência” da candidatura de Aluizio Alves à imperativos geopolíticos ou relativos a representação de determinados setores econômicos seja a figura da “Cruzada da Esperança” - como se denominava a sua campanha. Ela era a expressão de um conjunto de forças que se articulava ao seu redor, que superava a tradicional idéia de coligação entre partidos, conjugando-os com as dissidências de outros partidos, e incorporava a noção de *intinerância*, típico de cruzadas, que se disseminava invadindo redutos eleitorais previamente estabelecidos e controlados por grupos regionais. Sobre a campanha populista de Aluizio Alves, cf. Pereira (1996).

¹⁴ Segundo Oliveira(1985, p. 106), sua designação de “forças populares” se dá “não apenas por oposição às forças das classes sociais proprietárias, mas sobretudo devido ao seu caráter de amálgama de forças socialmente subordinadas, mas heterogêneas tanto entre si quanto em relação às próprias classes dominantes.”

lítico do Estado, porém modernizar para conservar, em essência, essa dominação.”(Germano, 1989, p. 48-9)

A ambigüidade assinalada por Germano é, não apenas uma marca do personagem Aluízio Alves, pelo seu comprometimento com dois segmentos *aparentemente* contraditórios - a oligarquia agrária que lhe dava apoio local e a burguesia nacional desenvolvimentista que participou da articulação de sua candidatura¹⁵ - mas um efeito, e ao mesmo tempo condição de êxito, de uma prática significativa que coesiona *tempos e estruturas sociais* diversos.

Assim, foi possível reorganizar um novo campo de significações, de cariz populista, pois a marginalização política das classes subalternas, incrustada no imaginário dominante, foi reprocessada no discurso aluizista como uma *inclusão* na esfera pública sob a *proteção e tutela* do próprio Aluízio. Silva(1982, p. 38), em seu trabalho sobre a utilização dos meios de comunicação, por Aluízio Alves, na campanha ao governo do estado, em 1960, nos ilustra essa perspectiva populista através da análise do discurso eleitoral de Aluízio, e assinala que embora o povo não seja descrito como um conjunto de indivíduos totalmente pulverizados,

“pelo menos não resta a menor dúvida de que [no discurso aluizista, o povo] precisa muito de Aluízio para iluminar seu caminho. Sem Aluízio, o povo estaria perdido.” [Desta forma,] *“o povo não é o sujeito de sua própria transformação. Ele aparece como sujeito apenas na primeira seqüência, a da eleição. Depois, tendo delegado através do voto a Aluízio Alves os encargos do Governo, ele se transforma em destinatário da ação do Estado e, na melhor das hipóteses, pode construir o seu futuro junto com Aluízio. O poder de decisão política que o povo tem é o voto, apenas o voto. [...]* [O] *povo vota, delega a outrem a tarefa de realizar o seu futuro.”* (grifos nossos)

¹⁵ Além de dissidentes da UDN e do PSD, e contar com o apoio das esquerdas locais, Aluízio recebeu o endosso do Presidente Juscelino Kubitscheck, o qual pressionou o presidente do PSD local, o deputado Theodorico Bezerra -, a apoiar a candidatura oposicionista de seu desafeto Aluízio Alves. (Mariz, 1982, p. 04)

Esse lado “moderno” era mesclado por práticas clientelísticas e repressivas, na condução do Estado, que somente confirmava o peso da herança oligárquica que permeava a hegemonia exercida por Aluízio. O “empreguismo”, como método de constituir redes de lealdade no interior do aparelho do Estado, as arbitriedades cometidas contra servidores públicos identificados como adversários políticos, e a repressão sobre movimentos reivindicatórios e grevistas, davam mostras de que a modernidade apregoada pelo aluizismo se restringia à reestruturação da máquina administrativa, através da introdução da idéia de planejamento das ações do Estado, e do estabelecimento de uma infra-estrutura necessária ao “progresso” e os seus impulsos industrializantes.

Entre o conservadorismo oligárquico do “dinartismo” e o conservadorismo populista e “modernizante” do “aluizismo”, estavam os herdeiros do “cafeísmo” - expressão local das lutas típicas das camadas médias urbanas contra as oligarquias da República Velha, mas que assumiu, desde a reconstitucionalização política de 1946, o papel de “fiel da balança” das tramas dos grupos oligárquicos, enterando, por assim dizer, em definitivo, sua imagem rebelde, inconformista e anti-oligárquica.

Esse grupo emergiu em Natal com presença legitimada no cenário político local, articulado a significativos setores das classes subalternas da capital do estado e não vinculado, organicamente, às tradicionais oligarquias dominantes. Trazia em seu seio, socialistas, nacionalistas e católicos “progressistas”, mantinha uma relação de proximidade com os comunistas - ilegais à época -, se colocava à “esquerda” do cafeísmo, e tinha como principal liderança o jornalista Djalma Maranhão.¹⁶

Nas eleições parlamentares de 1954, concorrendo pelo PSP (Partido Social Progressista), Djalma elegeu-se deputado estadual. Nas eleições para governador

¹⁶ Djalma Maranhão era um antigo militante do PCB que participou, como cabo do Exército, da insurreição comunista de 1935. Em 1946, foi expulso do partido e passou a se articular junto às chamadas “forças progressistas” do cafeísmo (Góes, 1980)

e vice-governador, no ano seguinte, Djalma Maranhão e seu grupo deram apoio ao candidato da UDN, Dinarte Mariz, que saiu vitorioso. Segundo Germano(1989, p. 68), o apoio a uma candidatura tão conservadora como aquela deveu-se a que,

“em primeiro lugar, a nível nacional, a UDN apoiava Café Filho, na época presidente da República e pertencente aos quadros do PSP; em segundo lugar, a nível local, a candidatura Mariz era de oposição ao governador Sílvio Pedrosa que [...] pertencia ao PSD, que fazia oposição, no âmbito federal, através das candidaturas de Juscelino e Jango.”

Em 1959, ocorre o rompimento com Dinarte - o qual, como fruto do acordo político relativo às eleições do ano anterior, havia nomeado Djalma Maranhão prefeito de Natal (dado que a capital ainda não tinha autonomia administrativa).

Nas eleições do ano seguinte, o grupo - agora ligado ao PTN (Partido Trabalhista Nacional) - apoiou a candidatura de Aluizio Alves a governador, em oposição à candidatura apoiada pelo então governador Dinarte Mariz, representado, *naquele momento*, como “inimigo comum” das chamadas “forças progressistas” locais, e elegeu Djalma Maranhão prefeito de Natal, na primeira eleição direta para prefeito da capital.

Mas, em 1962, as ilusões da esquerda em relação ao governador Aluizio Alves esvaem-se. A partir de discordâncias em relação a aproximação do mesmo com o governo americano - através da implantação de programas financiados pela “Aliança para o Progresso” - há o rompimento com Aluizio Alves e o grupo de Djalma Maranhão entra no PSB (Partido Socialista Brasileiro), no qual permanece até ser banido pelo golpe civil-militar de 1964, que, para isso, contou com a prestativa colaboração de Aluizio Alves.

A trajetória desse ator político, permeada por uma seqüência de alinhamentos com um ou outro grupo oligárquico, cristaliza sua relativa incapacidade em

realizar uma estratégia político-eleitoral, que desafiasse a lógica bipolar incrustada na política do estado, muito embora, o projeto e a prática política, aos quais se associava, acenassem à uma valorização das experiências políticas e culturais vivenciadas pelas classes subalternas que o diferenciava dos demais atores políticos hegemônicos.

Aqui, vale o conselho do inglês Thompson de que não se deve incorrer na ótica cômoda e *a posteriori* – típica de um historiador que sobrevoa como um pássaro o turbilhão dos acontecimentos - de julgar o ator pelo que ele *deveria ter sido* em contraste com a sua configuração *possível*.¹⁷

Sob este prisma, a conduta do grupo articulado em torno da figura de Djalma Maranhão - que carece de um estudo mais completo - requer uma análise que considere pelo menos três elementos: em primeiro lugar, o seu curto tempo de inserção na política local, interrompida violentamente pela repressão da ditadura militar, num momento, inclusive, em que, pela conquista por via direta da Prefeitura de Natal, e pela popularidade alcançada entre as classes subalternas dado o caráter democrático de sua ação administrativa, o grupo começava reunir *capital político*¹⁸ necessário a uma intervenção possivelmente independente na cena política local.

Em segundo lugar, a pouca ou inexistente penetração de seu projeto político nos municípios do interior do estado, onde se concentrava a maioria dos eleitores e se estimulava e reproduzia com maior intensidade as relações de clientelismo e favor entre o eleitorado e os “coronéis” locais.

¹⁷ Thompson(1989, p. 13) nos diz que “não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, nós mesmos não estamos no final da evolução social.”

¹⁸ A noção de “capital” aqui utilizada está associada à categorização feita por Bourdieu(1989, p. 134-5), segundo o qual “as espécies de capital, a maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo).” Assim, “a posição de um determinado agente no espaço social pode [...] ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja sobretudo, o capital econômico - nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.”

O terceiro vetor implicaria em compreender as alianças políticas do grupo de Djalma Maranhão à luz da configuração geral da esquerda brasileira. Nesse sentido, podemos incluí-lo no que Garcia(1994, p. 121) chama de “primeira geração” das organizações de esquerda no Brasil (e, *grosso modo*, da América Latina), isto é, aquele conjunto de partidos e movimentos autodenominados de “socialistas”, identificados num projeto que se constituía, na prática, como

“uma versão retoricamente mais à esquerda do nacional-desenvolvimentismo [que] enfatizava a etapa democrática da revolução brasileira, entendida como momento em que deveriam ser enfrentados os desafios da ‘dominação imperialista e feudal’, apontadas como as ‘contradições fundamentais’ de nossa sociedade”.

Para isso, era permissível que as “massas populares” se aliassem àqueles setores da burguesia nacional que representassem, *naquele momento*, as posições “progressistas” e “anti-imperialistas”.

Por ora, importa reter o processo de ampliação do espaço político, tal como este ocorre no RN e, mais particularmente em Natal, onde emerge a particularidade de que as forças alojadas na prefeitura se identificam e, em certo sentido, promovem este projeto, na medida em que o prefeito Djalma Maranhão solda esta identidade à base de uma articulação íntima com os sindicatos, associações e entidades estudantis.

Esta forma de articulação já se evidenciava em plena campanha à Prefeitura de Natal, em 1960, ocasião em que, em torno da candidatura de Djalma Maranhão, se posicionavam alguns dos mais importantes sindicatos e associações populares da cidade.¹⁹ Além disso, a campanha se organizava em torno dos Comitês Nacionalistas - também conhecidos como Comitês Populares ou Comitês de Rua

¹⁹ Segundo Germano(1989, p. 74-75), Maranhão recebeu apoio de vários sindicatos de trabalhadores, que lançaram, inclusive, um manifesto assinado pelos seguintes sindicatos: Estivadores, Sapateiros, Combustíveis, Minerais, Construção Civil, Barbeiros, Alfaiates, Indústria de Vestuário, Condutores de Veículos Rodoviários, Empregados no Comércio Hoteleiro e Sindicato dos Tecelões.

-, constituídos de uma diretoria com 13 pessoas e um número ilimitado de membros. (Góes, 1980, p. 33)

Esses comitês – eram 240 ao todo – não apenas tinham como função operacionalizar a campanha em seus aspectos financeiros e propagandísticos, mas funcionar também como um espaço de discussão aberta, entre os quadros que integravam a equipe do candidato e a população, sobre os temas que polarizavam o debate político nacional (e o discurso nacionalista da época) e os problemas vivenciados de maneira imediata pela população local.

Com a vitória de Maranhão, Natal pôde experienciar uma administração municipal que se notabilizou pelos inovadores projetos de educação e cultura popular, mas que, além disso, representava, à nível local, a possibilidade de realização de um conjunto de reformas políticas e sociais, de caráter democrático e popular, que, em suas linhas gerais, unificava comunistas, socialistas, nacionalistas e setores do catolicismo “progressista”, em todo o país, naqueles esperançosos anos pré-golpe.

Nesse período, os atores sociais que mais conquistaram visibilidade pública, pelas lutas e mobilizações que travaram, foram os estudantes secundaristas e universitários, em Natal²⁰, e os trabalhadores rurais, pelo interior do estado.

O movimento estudantil – que tinha uma tradição organizativa que remonta os anos 30 e era fortemente influenciado pelas posições da AP (Ação Popular) e PCB - não se mobilizava somente em torno de reivindicações específicas do universo do cotidiano escolar, de modo que sua relevância enquanto ator, no cenário político local, naquele momento, se construía na medida do seu envolvimento com lutas políticas mais amplas que ultrapassavam o terreno da escola ou da universidade.

²⁰ Além da visibilidade conquistada pelo movimento estudantil secundarista, em Natal, nos anos sessenta, há indícios de que também em Caicó e Mossoró, as duas maiores cidades do interior do estado, tenham tido, na época, um expressivo movimento estudantil secundarista.

Assim, ao longo da década de 60, o discurso e a ação estudantil foram realçados por uma tônica *nacionalista* que se converteu em manifestações contra o imperialismo, representado pelas empresas estrangeiras que operavam no estado, e pela formação, nas eleições de 1960, dos comitês estudantis nacionalistas, em apoio às candidaturas de Lott-Aluízio-Djalma Maranhão.

Aliado a isso, os estudantes se incorporaram à luta pelas reformas de base, onde incluíam a reforma do sistema nacional de ensino, aos projetos de educação e cultura popular implementados na administração estadual de Aluízio Alves e municipal de Djalma Maranhão, muito embora, no ano seguinte, diante da atitude intolerante e repressiva do governo Aluízio Alves sobre as greves e movimentos reivindicatórios de vários segmentos sociais - inclusive os estudantes -, que eclodiram na época, as lideranças estudantis romperam com Aluízio e se aproximaram cada vez mais do prefeito de Natal.

Importa ressaltar que a participação nas lutas nacionalistas e nos projetos de educação e cultura popular podem ser vistos à luz de uma orientação messiânico-vanguardista bastante em voga no meio estudantil, à época. A respeito disso, Silva(1989, p. 49) nos diz que nos primeiros anos do movimento estudantil universitário potiguar (1955-59) “*os discursos estudantis colocavam freqüentemente a relação povo x antipovo ou poder político nas suas várias instâncias (os homens públicos que recebem mandato do povo e se posicionam contrariamente aos seus interesses).*” Assim, enquanto a noção de *povo* “*estava intimamente associada as noções de desinformação e de fragilidade*”, os estudantes autodefiniam-se “*como responsáveis pela defesa desse povo não-esclarecido e indefeso.*”

Ganha coerência o envolvimento expressivo de estudantes nos referidos projetos educativos e culturais, na medida em que estes se inspiravam numa concepção que redefinia o conceito de cultura popular, concebendo-a não exclusiva-

mente como cultura produzida *pelo* povo, mas também aquela produzida *para* o povo, visando conscientizá-lo do ponto de vista político e social.

O outro ator coletivo emergente, nesse período, no RN, são os trabalhadores rurais, num processo de lutas que se confunde com a ação da Igreja Católica²¹, a partir dos anos 50 e 60, nas questões agrárias, com o avanço do capital no campo, pela concentração de terra, pela expansão da monocultura da cana-de-açúcar, e pelo fim da “terra de permissão”.

A ação da Igreja tinha, em seu centro motivacional, a preocupação em minar e combater a entrada dos comunistas do PCB e das Ligas Camponesas, no meio rural, através da institucionalização do movimento camponês, e a preconização de uma nova ordem no meio rural fundada na *função social* que deveria ser desempenhada pela propriedade rural, pensamento este claramente tensionado pelo emergente debate nacional em torno da questão da reforma agrária.²²

Contudo, longe de se antecipar às possibilidades de conflito no campo, o efeito imediato da ação da Igreja, foi a “descoberta” das arbitrariedades e violências existentes no interior das fazendas e a constituição dos sindicatos como canalizadores da resistência dos moradores, meeiros e arrendatários em continuar morando ou exercendo, na área, uma atividade produtiva. O que no plano das relações trabalhistas se expressava numa busca pelo reconhecimento de direitos, no

²¹ Segundo Góes(1980, p. 39), na década de 60, “a Igreja entrou politicamente no campo, no Rio Grande do Norte, com uma complexa rede de organizações: FTR (Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte), FPPT (Federação dos Pequenos Proprietários de Terras), FTA (Federação dos Trabalhadores Autônomos), MEB (Movimento de Educação de Base), SAR (Serviço de Assistência Rural) e JAC (Juventude Agrária Católica)”.

²² Silva(1995, p. 99), em seu trabalho sobre os conflitos de terra no RN, de 1960 a 1990, nos informa que “a partir de 1961, a Igreja Católica procura esclarecer ‘as verdadeiras aspirações’ do SAR e do Movimento Sindical à classe dominante aos proprietários rurais, para remover as reações e abrir um caminho sólido a estes movimentos.” E ilustra isso com uma nota publicada num informativo oficial da Diocese de Natal, de setembro de 1961, a qual convida os proprietários à uma “reunião de esclarecimento”. Segundo a nota, “Muitos proprietários estão *espantados com o assunto hoje tão ventilado de reforma agrária e com a fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais*, orientada pela Igreja, visando a promoção ou melhoria do nosso irmão campesino. Aqui em Nova Cruz estamos vendo alguns proprietários vizinhos, paraibanos, *indignados, fazendo até ameaças aos senhores moradores, se entrarem no sindicato*, recusando-se de assinar certificados de que seus moradores são trabalhadores rurais, como exige a Lei Trabalhista. Vejam em que situação estamos. *Enquanto os comunistas vão ganhando terreno fundando por toda parte as Ligas Camponesas, revolucionárias, oferecendo uma indesejável solução aos problemas entre camponeses pacíficos, humanos e cristãos dos seus moradores, que se unam em associações de classe como são os sindicatos, protegidos pela Lei e dentro dos princípios sadios de democracia. É necessário e é tempo de mudar de mentalidade.*”(grifos nossos)

plano mais amplo da política, significava a superação de uma noção de alteridade articulada a um “pertencimento” do trabalhador rural à figura do proprietário da terra, para se erguer como alteridade conflitante que se articula à legitimidade do seu trabalho sobre a terra.

Assim, na medida em que o sindicato apareceu como resposta ou reação à tirania do latifúndio, desencadeou, na classe dominante, “*um movimento de recrudescimento do controle e da violência praticados contra o trabalhador, agora com uma nova justificativa: a sindicalização, a possibilidade de confrontos ou reação.*” (Andrade, Cruz, 1989, p. 58)

1.3. O silêncio das botas.

Também, no Rio Grande do Norte, o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 consumou a reação das classes dominantes às tentativas de se processar reformas no Estado e na sociedade, e de ampliação do espaço da política.

Em 1º de abril o comando da guarnição militar de Natal fazia publicar nos jornais do estado, ao lado de uma nota em que o prefeito Djalma Maranhão informava que a Prefeitura se transformava num “QG da Legalidade”, um comunicado advertindo

“ao povo em geral, mas em particular às classes operárias e aos estudantes, que ficam terminantemente proibidos [...], proibição assegurada pela força se necessário, as aglomerações em logradouros públicos, às passeatas sob qualquer pretexto, os comícios, sempre visando à manutenção da ordem pública.” (Germano, 1989, p. 151) (grifos nossos)

Foram depostos o prefeito Maranhão e o vice, Luiz Gonzaga dos Santos. Também foram atingidos pela repressão alguns de seus auxiliares mais diretos, especialmente os responsáveis pelos programas de educação e cultura popular, e

várias lideranças operárias, de estudantes e trabalhadores rurais. Sindicatos e entidades estudantis foram invadidos e suas diretorias destituídas em favor de membros “confiáveis” ao novo regime.

A repressão iniciada pelos militares no poder, implicou, do ponto de vista da conformação da esfera pública, em reduzi-la aos marcos de atores possivelmente “controláveis” pelo próprio regime. Esta redução do território da política estava assentada numa leitura da realidade social que serviu como princípio legitimador de outros golpes na América Latina, qual seja, a de que a situação pré-golpe era percebida como uma encruzilhada entre a “ordem” e o “caos”.

Analisando tal representação dos antagonismos sociais, presente no golpe militar de 1973, no Chile, Lechner(1986, p. 217) argumenta que ela não permite trégua ou compromisso entre os atores políticos, mas apenas a vitória de *um* e a derrota do *outro*. Em outras palavras, a lógica da guerra passa reger a luta política:

“O outro é visualizado como inimigo que há que aniquilar. Quem é inimigo? Todo aquele que ameaça à própria segurança: o diferente. O diferente demonstraria a presença do caos. Por conseguinte: defender a ordem é eliminar o diferente. Esta lógica da guerra não se limita a uma situação bélico-militar. Produz uma sociedade militarizada. A política é concebida como a continuação da guerra por outros meios.”

A ordem social permanece ancorada numa dicotomia - ordem *versus* caos, amigo *versus* inimigo - em que a condição da sobrevivência da esfera pública seria a descaracterização do outro e do seu pertencimento a uma comunidade política.

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que se aniquilava os “amigos do caos/inimigos” - evidente no refluxo generalizado dos movimentos sociais - se inflacionava o quadro de “amigos da ordem/amigos”, conquistando, também no Rio Grande do Norte, a unanimidade dos representantes das classes dominantes,

o que ficou exemplificado pela presença no interior da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) – novo partido de sustentação do regime militar²³ - dos grupos articulados às principais lideranças locais, que desde 1959 se digladiavam publicamente, Dinarte Mariz e Aluizio Alves, instituindo uma polarização, em praticamente todo o estado, entre a ARENA “vermelha”, dos “dinartistas”, e a ARENA “verde”, dos “aluizistas”.

Esta confluência de “dinartistas” e “aluizistas” sob as asas do partido do regime é indicativo da pouca representatividade dos setores que optaram por fundar o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que, ademais, segundo anedotário da época, de tão pequeno cabia num fusca.

O dado importante a se reter deste momento na cena política local é que o movimento capaz de reunir dois adversários sob a mesma legenda não se inscreve apenas numa tentativa de sobrevivência de um e outro atores perante o novo ordenamento político ou numa capacidade das forças golpistas em conjugar o apoio dos “coronéis” e setores “modernos” da burguesia. Para além disso, a trajetória tanto de Aluizio quanto de Dinarte evidenciam um liame: seus respectivos projetos políticos, fundados na deslegitimação e obliteração das expressões políticas que escapam, e/ou desafiam, a lógica bipolar instituinte da esfera política local (em especial as expressões oriundas e/ou articuladas à significativos segmentos das classes subalternas); e na redução do território da política e do poder ao Estado.

Evidentemente, a concordância com o novo regime não elidia as contradições entre os dois grupos. Pelo contrário, e honrando uma tradição que se perpetua desde a República Velha, a fragilidade e inexpressividade política dos grupos locais perante os grupos hegemônicos a nível nacional, faziam com que aqueles entrassem numa renhida disputa em torno da primazia da representação local do regime. Nesta disputa, a ala “dinartista”, menos ambígua em relação aos seus po-

²³ O Ato Institucional n.º 02, de 1965, extinguiu o pluripartidarismo criado em 1946 e instituiu um sistema com-

sicionamentos no período anterior ao golpe, conseguiu hegemonizar a ARENA, derrotando o ex-governador Aluizio Alves.

O desfecho deste embate, em 1969, implicou na cassação dos direitos políticos do ex-governador, por dez anos, não por ser “comunista”, o que lhe teria colocado, já cinco anos antes, “fora da ordem”, mas, acusado de corrupção e malversação do dinheiro público.

Apesar disso, a polarização entre “dinartistas” e “aluizistas” permanece demarcando os campos de disputa no espaço político local. De um lado, porque a cassação de Aluizio não implicou num exílio, mas, inclusive, numa maior dinamização de suas atividades empresariais. De outro, porque continuou a influenciar todo um grupo político que se filiou ao MDB e hegemonizou-o. Assim, dispunha de espaço para influir, mesmo que indiretamente, nos rumos da política estadual, tendo como porta-vozes seu irmão, Garibaldi Alves, deputado estadual, e seu filho, Henrique Alves, eleito deputado federal, com apenas 21 anos, sob a explícita evocação de dar continuidade às lutas do pai.

Não obstante, o processo de “abertura política”, iniciada em meados dos anos 70, faria surgir novos atores no espaço político local, entre as elites dominantes. Também no seio das classes subalternas, emergem um conjunto de atores e experiências, protagonistas de um lento processo de lutas no sentido de redimensionar o território da política, constituindo novos espaços de sociabilidade e ação, na tentativa de romper com a tradicional apropriação do “fazer” político como atributo privado dos grupos político-familiares dominantes.